~~SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA~~

~~PORTARIA Nº 314, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021~~

~~O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 105, incisos I a V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e pelo art. 211, § 1º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, resolve:~~

~~Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 27/09/2021, o prazo de tramitação da SINDICÂNCIA Nº 220210010-SEAPE, em face do que restou apurado nos autos do Apuratório Preliminar nº 136/2020-SEAPE (04026-00017578/2020-00), instituída pela Portaria nº 94, de 26 de abril de 2021, publicada no DODF nº 87, de 30 de abril de 2021, página 43, conforme justificativa (69946419).~~

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA~~

~~PORTARIA Nº 315, DE 18 DE SETEMBRO DE 2021~~

~~O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo Art. 211, § 1º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e/ou art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 12 de março de 2021 da CGDF; e tendo em vista o apurado na Sindicância nº 010/2020-SEAPE, resolve:~~

~~Art. 1º Publicar celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC, conforme as cláusulas contidas no processo 04026-00025548/2021-40.~~

~~Art. 2º Quaisquer alterações significativas na condição de saúde ou funcional do servidor, aptas a interferir diretamente no cumprimento do acordo, deverão ser comunicadas imediatamente à chefia imediata e à Gerência de Sindicâncias - GSIND.~~

~~Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA~~

~~SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA~~

~~CONTROLADORIA SETORIAL DA JUSTIÇA~~

~~PORTARIA Nº 95, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021~~

~~O CONTROLADOR SETORIAL DE JUSTIÇA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, bem como pela delegação de competência oriunda da Portaria nº 131, de 14 de junho de 2019, publicada no DODF de 26 de junho de 2019, página 07, em seu art. 1º, inciso, II e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:~~

~~Art. 1º Reconduzir a Comissão de Processo Sindicante para apurar responsabilidade de Servidor Público por supostas irregularidades administrativas, conforme relatada no processo 00400-00034914/2019-15, prorrogada por meio da Portaria nº 85 de agosto de 2021, publicada no DODF nº 160, de 24 de agosto de 2021.~~

~~Art. 2º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o encerramento dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo, prorrogável por igual período.~~

~~Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~ALISSON MELO RIOS~~

~~CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE~~

~~RESOLUÇÃO ORDINÁRIA Nº 90, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021~~

~~Dispõe sobre o resultado de habilitação dos projetos processados e julgados pela Comissão de Seleção, em atendimento ao Edital de Chamada Pública nº 01/2020 do CDCA/DF.~~

~~O PRESIDENTE DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL, órgão autônomo, paritário, deliberativo e controlador das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, criado por força da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), regido pela Lei Distrital nº 5.244, de 16 de dezembro de 2013, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, resolve:~~

~~Art. 1º Referendar e tornar público o resultado provisório de habilitação dos projetos, constantes do anexo único, processados e julgados pela Comissão de Seleção, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 01/2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, nº 171, de 09 de setembro de 2020.~~

~~§ 1º O prazo para interpor recurso ao resultado provisório é de 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Resolução, conforme item 11.4 do Edital de Chamada Pública nº 01/2020.~~

§ 2º Não havendo interposição tempestiva de recurso, este resultado provisório ficará convertido automaticamente em definitivo, conforme item 11.4.1 do referido Edital.

Art. 2º Esta Resolução Ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CHAVES DA SILVA

ANEXO ÚNICO - Resultado provisório de habilitação

PROCESSO	INSTITUIÇÃO	PROJETO	SITUAÇÃO
00400-00053306/2020-35	Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social - IIDPS	Núcleo de Atendimento Girassol - NAG	HABILITADO
00400-00052988/2020-69	Associação Ludocriarte	A Paz é a Gente que Faz!	HABILITADO

~~COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO~~

~~RETIIFICAÇÃO~~

~~Na Ata da 26ª reunião ordinária da Comissão de Seleção do Edital nº 01/2020, publicada no DODF nº 177, de 20 de setembro de 2021, página 10, com o acréscimo do seguinte item: Item 10. Solicitações de acesso irrestrito aos processos. Em sua 25ª reunião ordinária, a Comissão deliberou por conceder acesso externo aos processos para as instituições inabilitadas pela Resolução Ordinária nº 85/2021 do CDCA/DF, até o final do prazo para interposição de recurso (15/09/2021). A Comissão toma conhecimento de e-mails enviados pelas OSCs Instituto Espírito de Luz - IEL e Instituto Futuro e Ação - IFA, questionando a restrição de prazo e solicitando acesso externo irrestrito ao processo integral no SEI, enquanto o mesmo estiver em tramitação. A Comissão delibera por não acatar a solicitação das instituições, haja vista que os processos se encontram em fase preparatória de análise e julgamento dos recursos, não havendo ainda a edição de ato decisório definitivo em relação ao resultado do julgamento. Segundo a Lei nº 4.990/2012, art. 7º, § 3º, "O direito de acesso aos documentos, ou às informações neles contidas, utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo é assegurado com a edição do ato decisório respectivo". Dessa forma, a parte interessada possuirá direito de acessar o processo apenas quando findada a fase de análise do recurso, ou seja, quando houver o resultado do julgamento do recurso referendado na Plenária do CDCA/DF. Por fim, a Comissão delibera que questões administrativas como esta sejam respondidas no âmbito da Secretaria Executiva do CDCA/DF, sem necessidade de discussão por parte da Comissão. GRAZIELE LIMA DA CUNHA NOGUEIRA, Coordenadora.~~

~~SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA~~

~~COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL~~

~~DETERMINAÇÃO Nº 340, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021~~

~~Instaura Tomada de Contas Especial - TCE:~~

~~O PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 44 do Estatuto Social da Empresa e acolhendo o disposto na Resolução nº 102/1998 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e na Instrução Normativa nº 04/2016 da Controladoria Geral do Distrito Federal, e considerando o Relatório Final nº 61/2021 - PRGI (0413598) constante do processo 0092-005809/2014, resolve:~~

~~Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial visando apurar os fatos, identificar responsáveis e buscar o ressarcimento dos valores atualizados aos cofres da Companhia, se for o caso, tendo em vista os indícios de dano no valor estimado de R\$ 2.347,99 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e nove centavos) a ser conduzida pela Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial reconstituída pela DT nº 278/2021.~~

~~Art. 2º Fixar prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.~~

~~Art. 3º Esta Determinação entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PEDRO CARDOSO DE SANTANA FILHO~~

~~SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER~~

~~CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER~~

~~ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA 2021~~

~~Aos vinte e seis dias do mês de julho, de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se a sétima Reunião Ordinária do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal - CDM/DF, por videoconferência e link disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher - SM/DF, com os seguintes pontos de pauta: 1 - Abertura; 2 - Informes; 3 - Apresentação dos Planos de Trabalho pelas coordenadoras das Comissões Técnicas; 4 - Jornada Zero Violência Contra Mulheres e Meninas (Samambaia); 5 - Apresentação do Projeto Secretaria da Mulher no Campo; 6 - Assuntos Gerais; 7 - Encerramento. A reunião iniciou-se com a checagem de presença da totalidade dos membros do Conselho: Poder Público: 1 - Denise Rodrigues Parreira (SEC/DF); 2 - Vanessa Cristina Vidal Salmito (CACI/DF); 3 - Mônica Oliveira Marques França (CODEPLAN); 4 - Lúcia Nascimento~~